

**Usina Santa Fé S.A. e
Agropecuária Nova Europa S.A.**

Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Sete de Setembro, 1.950
13560-180 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708
13560-970 - São Carlos/SP - Brasil

Telefone 55 (16) 2106-6700
Fax 55 (16) 2106-6767
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

À
Diretoria e Acionistas do
Grupo Santa Fé
Nova Europa – SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas das entidades Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A. do Grupo Santa Fé (“Grupo Santa Fé”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas de acordo com as bases de elaboração descritas na nota explicativa nº 3 (a). Essas demonstrações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras das entidades Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A. e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas. Conduzimos nossa auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras combinadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas das entidades Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A. do Grupo Santa Fé (“Grupo Santa Fé”) para o exercício findo em 31 de março de 2015, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as bases descritas na Nota Explicativa nº 3 (a) às demonstrações financeiras combinadas.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 (a) às demonstrações financeiras combinadas, que descreve que as entidades incluídas nessas demonstrações financeiras combinadas não são operadas como uma única entidade legal. Essas demonstrações financeiras combinadas não são, portanto, necessariamente indicativas dos resultados que seriam obtidos se essas tivessem operado como uma única entidade legal durante o exercício ou indicativas de resultados futuros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado combinadas

Examinamos, também, as informações contábeis combinadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Carlos, 24 de julho de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3



Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	6	49.404	14.752	Empréstimos e financiamentos	17	184.927	145.240
Contas a receber de clientes	7	6.195	1.395	Fornecedores	16	43.789	52.570
Estoques	8	23.241	20.375	Impostos e contribuições a recolher	19	12.027	8.037
Adiantamentos a fornecedores	9	26.501	21.205	Passivo fiscal corrente	12	5	2
Impostos a recuperar	11	13.001	11.492	Salários e férias a pagar		12.674	11.509
Ativo fiscal corrente	12	489	445	Adiantamentos de clientes		4.255	4.446
Instrumentos financeiros derivativos	28	149	3	Outras contas a pagar		601	3.324
Outras contas a receber		2.214	2.278	Instrumentos financeiros derivativos	28	8.436	1.771
Total do ativo circulante		121.194	71.945	Total do passivo circulante		266.714	226.899
Adiantamentos a fornecedores	9	12.566	16.294	Empréstimos e financiamentos	17	412.559	241.627
Depósitos judiciais	13	17.041	16.068	Fornecedores	16	3.757	-
Impostos a recuperar	11	3.461	3.319	Impostos e contribuições a recolher	19	19.729	18.833
Ativo fiscal diferido	12	7.321	-	Empréstimos - Mútuos	10	17.832	38.740
Outros créditos		2.025	2.032	Instrumentos financeiros derivativos	28	5.908	1.379
Total do realizável a longo prazo		42.414	37.713	Passivo fiscal diferido	12	-	41.781
Ativos biológicos	14	202.475	166.205	Provisão para contingências	20	16.651	16.415
Investimentos		662	662	Total do passivo não circulante		476.436	358.775
Imobilizado	15	464.849	471.219	Patrimônio líquido	21		
Intangível		894	719	Capital social		99.647	74.647
Total do ativo não circulante		711.294	676.518	Reservas de lucros		6.130	6.287
Total Ativo		832.488	748.463	Reservas de reavaliação		89.676	90.792
				Ajustes de avaliação patrimonial		(78.384)	2.131
				Prejuízos acumulados		(27.731)	(11.068)
				Total do patrimônio líquido		89.338	162.789
				Total do passivo		743.150	585.674
				Total do passivo e patrimônio líquido		832.488	748.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Vendas de produtos	22	389.195	377.005
Custos dos produtos vendidos		(318.340)	(287.242)
Valor justo de ativo biológico	14	<u>4.479</u>	<u>2.211</u>
Lucro bruto		<u>75.334</u>	<u>91.974</u>
Despesas de vendas	23	(16.291)	(23.078)
Despesas administrativas e gerais	23	(30.807)	(29.246)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	24	<u>(8.972)</u>	<u>(3.415)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>19.264</u>	<u>36.235</u>
Receitas financeiras	25	721	3.032
Despesas financeiras	26	(60.356)	(37.567)
Variação cambial líquida	27	<u>14.326</u>	<u>3.350</u>
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas		<u>(45.309)</u>	<u>(31.185)</u>
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		(26.045)	5.050
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(349)	(1.505)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	<u>9.028</u>	<u>1.423</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u><u>(17.366)</u></u>	<u><u>4.968</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
(Prejuízo) lucro do exercício	(17.366)	4.968
Outros resultados abrangentes		
Variação cambial não realizada - <i>hedge accounting</i>	<u>(77.800)</u>	<u>(13.793)</u>
Resultado abrangente total	<u>(95.166)</u>	<u>(8.825)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros - Lei 11.638/07	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de abril de 2013	<u>74.647</u>	<u>1.238</u>	<u>5.541</u>	<u>91.972</u>	<u>18.778</u>	<u>(12.198)</u>	<u>179.978</u>
Dividendos distribuídos	-	-	(649)	-	-	-	(649)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	(7.715)	(7.715)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(1.180)	-	1.180	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(2.854)	2.854	-
Perdas líquidas de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	(13.793)	-	(13.793)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.968	4.968
Destinações:							
Reserva de retenção de lucros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>157</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(157)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de março de 2014	<u>74.647</u>	<u>1.238</u>	<u>5.049</u>	<u>90.792</u>	<u>2.131</u>	<u>(11.068)</u>	<u>162.789</u>
Aumento de capital	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Dividendos distribuídos	-	-	(157)	-	-	(3.128)	(3.285)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(1.116)	-	1.116	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(2.715)	2.715	-
Perdas líquidas de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	(77.800)	-	(77.800)
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.366)</u>	<u>(17.366)</u>
Saldos em 31 de março de 2015	<u>99.647</u>	<u>1.238</u>	<u>4.892</u>	<u>89.676</u>	<u>(78.384)</u>	<u>(27.731)</u>	<u>89.338</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(17.366)	4.968
Ajustes para:		
Depreciação e amortização (agrícola e indústria)	28.214	25.395
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	37.615	30.656
Amortização de tratos culturais	31.536	31.329
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)	38.954	30.028
Resultado na venda de ativos imobilizados	6.052	1.111
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(4.479)	(2.211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.028)	(1.423)
Instrumentos financeiros derivativos	6.594	4.647
Juros de empréstimos mútuos provisionados	4.970	4.263
Juros de empréstimos e financiamentos provisionados	39.012	27.587
Reversão de provisão para contingências	236	1.259
	<u>162.310</u>	<u>157.609</u>
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(4.800)	(864)
Estoques	(2.866)	(684)
Adiantamentos a fornecedores	(1.568)	(957)
Impostos a recuperar	(1.695)	(5.556)
Outras contas a receber	71	2.093
Depósitos judiciais	(973)	(2.348)
Fornecedores	(5.024)	16.189
Impostos e contribuições a recolher	5.238	859
Salários e férias a pagar	1.167	1.609
Adiantamentos de clientes	(191)	2.543
Outras contas a pagar	(580)	93
	<u>151.089</u>	<u>170.586</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>151.089</u>	<u>170.586</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(349)	(1.505)
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(37.378)	(25.728)
	<u>113.362</u>	<u>143.353</u>
Caixa e equivalentes de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>113.362</u>	<u>143.353</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos biológicos	(100.942)	(86.708)
Aquisição do imobilizado	(67.023)	(74.852)
	<u>(167.965)</u>	<u>(161.560)</u>
Caixa e equivalente de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(167.965)</u>	<u>(161.560)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	25.000	-
Dividendos distribuídos	(5.430)	(5.860)
Empréstimos mútuos tomados (partes relacionadas)	1.939	2.709
Empréstimos mútuos pagos (principal)	(27.817)	(1.067)
Empréstimos e financiamentos tomados	354.624	189.158
Empréstimos e financiamentos pagos (principal)	(259.061)	(198.515)
	<u>89.255</u>	<u>(13.575)</u>
Caixa e equivalente de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	<u>89.255</u>	<u>(13.575)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>34.652</u>	<u>(31.781)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	14.752	46.533
No fim do exercício	<u>49.404</u>	<u>14.752</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>34.652</u>	<u>(31.781)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Receitas		
Vendas de produtos	438.434	426.666
Outras receitas	55	2.528
Valor justo de ativo biológico	4.479	2.211
Resultado líquido de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(12.943)	(15.581)
	<u>430.025</u>	<u>415.824</u>
Insumos adquiridos por terceiros		
Custo dos produtos e das mercadorias vendidas	(92.662)	(95.524)
Outras despesas administrativas	(21.825)	(33.264)
	<u>(114.487)</u>	<u>(128.788)</u>
Valor adicionado bruto	315.538	287.036
Depreciação, amortização e exaustão		
Amortizações de entressafra	(38.954)	(30.028)
Depreciação	(28.214)	(25.392)
Ativos biológicos colhidos (amortização)	(69.150)	(61.985)
	<u>(136.318)</u>	<u>(117.406)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	179.220	169.631
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	720	3.030
Outras	1	1
	<u>721</u>	<u>3.031</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>179.941</u>	<u>172.662</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	89.628	76.796
Benefícios	8.456	7.803
FGTS	7.378	6.033
Honorários dos administradores	2.187	2.097
	<u>107.650</u>	<u>92.729</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	13.541	14.021
Estaduais	26.586	23.501
Municipais	15	44
	<u>40.142</u>	<u>37.566</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	60.356	37.568
Aluguéis / Arrendamentos	3.484	3.182
Variações cambiais	(14.326)	(3.350)
	<u>49.514</u>	<u>37.400</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	3.285	7.715
Prejuízo do exercício	(20.651)	(2.748)
	<u>(17.366)</u>	<u>4.967</u>
Valor adicionado distribuído	<u>179.941</u>	<u>172.662</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Usina Santa Fé S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/nº, Bairro rural, na cidade de Nova Europa – SP, e por objeto principal, a produção e industrialização da cana-de-açúcar, e seus derivados industriais, açúcar e etanol, para comercialização no mercado interno e externo. Superados os revezes climáticos observados nas safras anteriores e, centrando seus esforços na renovação de seu canavial, a Companhia vem restabelecendo a sua produtividade agrícola e ampliando a disponibilidade da matéria prima para as safras futuras. Durante a safra 2014/15 a Companhia obteve uma moagem de aproximadamente 3,474 milhões de toneladas de cana. Além disso, vem conquistando indicadores importantes nos processos de mecanização de colheita e mecanização do plantio de cana ao longo das últimas safras, cujos índices de mecanização alcançaram 100% nesta safra. O mix de produção praticado nesta safra foi de 49,87% para a produção de açúcar e 50,13% para a produção de etanol. É importante destacar que a Companhia tem concentrado esforços no sentido de reduzir seus custos operacionais através da otimização dos processos de colheita, carregamento e transporte, além de outras atividades como o plantio mecanizado e melhorias no processo industrial visando garantir maior qualidade aos seus produtos. Como resultado dos investimentos já realizados, a Companhia prevê uma moagem de 4,0 milhões de toneladas de cana na Safra 2015/16, próxima à sua capacidade de processamento.

As principais estratégias implementadas para a maximização de seus resultados são: a) Reestruturação organizacional, através da adequação do quadro de pessoal, com a redução de cerca de 400 funcionários; b) Adequação dos volumes de investimentos e da velocidade de expansão; c) Maximização dos rendimentos agrícolas, através da contratação de especialistas envolvendo logística - CCT, variedades, moto-mecanização, ferti-irrigação, etc; d) Melhoria no processamento do açúcar e etanol com redução do custo operacional; e) Revisão e renegociação de todos os contratos da Companhia, incluindo os contratos de fornecimento de cana com o objetivo de equilibrar o contrato com o mix de produção/ATR da usina; e f) Aperfeiçoamento de modelo de gestão e acompanhamento de resultados.

A Agropecuária Nova Europa S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/n, Bairro Rural, na cidade de Nova Europa - SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana-de-açúcar, exclusivamente para a relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições usuais de mercado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

Como forma de alongar o perfil da dívida do Grupo Santa Fé, a qual, em 31 de março de 2015, apresenta o passivo circulante em excesso ao ativo circulante, no montante de R\$ 145.520, a Administração vem reestruturando sua dívida bancária em prazos adequados ao financiamento da atividade, performando as seguintes operações:

- Captação finalizada através de Cédula de Crédito à Exportação (CCE) no valor de R\$ 14.000, a ser amortizado em 32 parcelas mensais de principal no período de 25/09/2015 a 25/04/2018, com carência de 3 meses.

- Captação finalizada através de Cédula de Crédito à Exportação (CCE) no valor de R\$ 5.000, a ser amortizado em 21 parcelas mensais de principal no período de 13/08/2015 a 04/04/2017, com carência de 3 meses.
 - Proposta indicativa de estruturação e sindicalização de financiamento aprovada e em andamento para a composição de bancos, garantias e contratos no montante de R\$ 150.000, através de Cédulas/Notas de Crédito à Exportação, com prazo de 5 anos, e amortizações conforme segue:
- (i) 2016 - 5%
- (ii) 2017 - 25%
- (iii) 2018 - 30%
- (iv) 2019 - 30%
- (v) 2020 - 10%

2 Entidades do grupo

As demonstrações financeiras utilizadas como base para a combinação são aquelas apresentadas nos registros contábeis das seguintes Companhias:

- Usina Santa Fé S.A.
- Agropecuária Nova Europa S.A.

A composição dos patrimônios líquidos e resultados dos períodos em 31 de março de 2015 e 2014 das Companhias acima elencadas e os respectivos saldos combinados podem ser assim apresentadas:

	Patrimônio líquido		(Prejuízo) lucro líquido do exercício	
	2015	2014	2015	2014
Usina Santa Fé S.A.	(3.136)	73.274	(23.610)	(2.841)
Agropecuária Nova Europa S.A.	92.474	89.514	6.245	7.809
Saldos combinados	89.338	162.789	(17.366)	4.968

3 Base de preparação

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Santa Fé estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Santa Fé, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e

suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado com uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Santa Fé os seguintes procedimentos foram observados:

(i) Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o período coberto pelas demonstrações financeiras combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

As seguintes entidades estão sendo consideradas no processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas:

- Usina Santa Fé S.A.; e
- Agropecuária Nova Europa S.A..

(ii) Critérios de elaboração das demonstrações financeiras combinadas

- Os princípios de consolidação do CPC 36(R3) foram utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Santa Fé, que considerou dentre outros procedimentos:
- Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável; e
- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros classificados como *commodities* avaliados pelo valor justo através do resultado;
- Os instrumentos financeiros classificados como moeda (USD) avaliados pelo valor justo através do *hedge accounting*;
- Os ativos imobilizados mensurados pelo custo atribuído na data de transição; e
- E os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional das entidades combinadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 4.e.iii** - Vida útil de ativo Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 4.g** - Vida útil de ativos intangíveis;
- **Nota explicativa nº 7** - Provisão para *Impairment* (Contas a Receber de clientes);
- **Nota explicativa nº 12** - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota explicativa nº 20** - Provisão para contingências; e
- **Nota explicativa nº 28** - Instrumentos financeiros;

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de combinação

Transações eliminadas na combinação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das entidades combinadas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários

denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moedas estrangeiras são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

As entidades combinadas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual as entidades combinadas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

As entidades combinadas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando as entidades combinadas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas entidades combinadas nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as entidades combinadas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As entidades combinadas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se as entidades combinadas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos das entidades combinadas. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os

empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes, empréstimos - mútuos e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação ou considerados de liquidez imediata. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa das entidades combinadas, quando existentes, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual as entidades combinadas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. As entidades combinadas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, as entidades combinadas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes, empréstimos - mútuos e outras contas a pagar.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Usina Santa Fé S.A. mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Usina Santa Fé S.A. documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Usina Santa Fé S.A. faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% -125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no

resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Em outros casos, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que o item objeto do *hedge* afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Nas entidades Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A., as ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração das entidades combinadas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

d. Investimentos

Os investimentos foram avaliados pelo custo, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pelas entidades combinadas inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de certos itens do imobilizado em 01 de janeiro de 2009, a data de transição das entidades para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelas entidades combinadas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecido no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que as entidades combinadas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais ponderadas estimadas para os exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	2015 e 2014
Edifícios e benfeitorias	2%
Móveis e utensílios	3%
Veículos e implementos rodoviários	6%
Máquinas e implementos agrícolas	6%
Máquinas, equipamentos e instalações	5%
Computadores e periféricos	14%
Benfeitorias em bens de terceiros	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

g. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear no prazo médio de 5 anos.

h. Ativos arrendados (*leasing*)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente às entidades combinadas os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 4.e.iii. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial das entidades combinadas.

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido às entidades combinadas sobre condições de que as entidades combinadas não aceitariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As entidades combinadas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis identificados como não tendo sofrido perda de valor

individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva as entidades combinadas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros das entidades combinadas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

A Administração das entidades combinadas não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável em 31 de março de 2015 e 2014.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se as entidades combinadas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, as entidades combinadas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

m. Receita operacional

(i) Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

n. Pagamentos de arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato as entidades combinadas definem se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- (a)** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- (b)** O contrato contém direito de utilização do ativo.

As entidades combinadas separam, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso as entidades combinadas concluam que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental das entidades combinadas) e redução do passivo em aberto.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

p. Demonstrações do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q. Imposto de renda e contribuição social

Na Usina Santa Fé S.A., o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de imposto de renda e contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Usina Santa Fé S.A. leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Usina Santa Fé S.A. acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os

períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Na Agropecuária Nova Europa S.A., o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente.

Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.

Contribuição social - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito no cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from contracts with customers (receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. As entidades combinadas ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Agricultura: Plantas produtivas (Alterações a IAS 16 e IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, a ser contabilizada como imobilizado e incluída no âmbito da IAS 16 Imobilizado, em vez da IAS 41 Agricultura.

As alterações são efetivas para o exercício iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras combinadas.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em Conjunto) (alteração do IFRS 11)
- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alteração da IAS 16 e IAS 38)
- *Defined Benefit Plans: Employee Contributions* (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis das entidades combinadas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

As entidades combinadas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A entidades combinadas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, as entidades combinadas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, das entidades combinadas são classificados como “nível 2”.

As entidades combinadas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

(i) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

(ii) Ativos biológicos

A metodologia adotada pela Usina Santa Fé S.A., para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes as lavouras de cana-de-açúcar, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria agrícola, custo de capital, impostos, entre outros.

(iii) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(iv) Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de contratos a termo e de *swaps* de fluxos de caixa é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

(vi) Empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	42.236	5.846
Aplicações financeiras	<u>7.168</u>	<u>8.906</u>
	<u><u>49.404</u></u>	<u><u>14.752</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxas que variam entre 100% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras são realizadas com instituições de primeira linha, para minimizar o risco de crédito, política esta adotada pelas Companhias combinadas no gerenciamento desses ativos financeiros.

A exposição das entidades combinadas a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa 28.

7 Contas a receber de clientes

	2015	2014
Contas a receber no país	6.426	1.626
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(231)</u>	<u>(231)</u>
	<u><u>6.195</u></u>	<u><u>1.395</u></u>

A exposição a riscos de moeda, relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 28.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

Aging List

Duplicatas a receber:

	2015	2014
Créditos a vencer	2.088	247
Créditos em atraso até 30 dias	3.293	817
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	55	323
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	24	8
Créditos em atraso acima de 90 dias	<u>735</u>	<u>-</u>
	<u><u>6.195</u></u>	<u><u>1.395</u></u>

8 Estoques

	2015	2014
Produtos acabados:		
Açúcar	3.673	1.387
Etanol	2.979	3.675
Almoxarifado	<u>16.589</u>	<u>15.313</u>
	<u>23.241</u>	<u>20.375</u>

9 Adiantamentos a fornecedores

	2015	2014
Circulante:		
Adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros	26.205	20.907
Adiantamentos a fornecedores de materiais	157	61
Adiantamentos de cana - partes relacionadas (nota 10)	<u>139</u>	<u>237</u>
	<u>26.501</u>	<u>21.205</u>
Não circulante:		
- Adiantamentos a fornecedores de cana – terceiros	<u>12.566</u>	<u>16.294</u>

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros refere-se à saldos de adiantamentos efetuados pela Companhia a parceiros para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até 2022.

10 Partes relacionadas

a. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações das companhias combinadas, conforme demonstrado a seguir:

		2015		2014	
	Relacionamento	Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Ativo circulante					
Adiantamento a fornecedor de cana (nota explicativa nº 9)					
Acionistas, Diretores, Assessores e Gerentes	Pessoa física	139	-	237	-
		<u>139</u>	<u>-</u>	<u>237</u>	<u>-</u>
Passivo circulante					
Compra de cana de açúcar (nota explicativa nº 16)					
Acionistas, Diretores, Assessores e Gerentes	Pessoa física	(109)	-	(330)	(965)
		<u>(109)</u>	<u>-</u>	<u>(330)</u>	<u>(965)</u>
Passivo circulante					
Juros sobre capital próprio					
Acionistas	Pessoa física	(177)	-	(177)	-
		<u>(177)</u>	<u>-</u>	<u>(177)</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante					
Empréstimos - mútuos:					
Acionistas	Pessoa física	(15.700)	(4.669)	(36.241)	(4.026)
Outras partes relacionadas	Pessoa física	(2.132)	(301)	(2.499)	(237)
		<u>(17.832)</u>	<u>(4.970)</u>	<u>(38.740)</u>	<u>(4.263)</u>

Compra de cana de açúcar

O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

Empréstimos - Mútuos - Acionistas

Os saldos com acionistas referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1% ao mês, com prazo de vencimento indeterminado.

Empréstimos - Mútuos - Outras partes relacionadas

Os saldos com terceiros referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1,5% ao mês, com prazo de vencimentos indeterminado.

11 Impostos a recuperar

	2015	2014
ICMS	42	439
ICMS s/ Imobilizado	2.829	2.872
IRRF	366	266
Cofins	7.489	7.757
Pis	3.710	3.433
Outros	<u>2.027</u>	<u>44</u>
	16.462	14.811
Ativo circulante	<u>(13.001)</u>	<u>(11.492)</u>
Ativo não circulante	<u><u>3.461</u></u>	<u><u>3.319</u></u>

12 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

As entidades combinadas reconhecerão imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos e débitos tributários sobre os seguintes valores base:

	2014				2015			
	Saldo em março de 2013	Reconhecidos no resultado	Não reconhecida no resultado (Ajuste no Patrimônio Líquido)	Saldo em março de 2014	Reconhecidos no resultado	Não reconhecida no resultado (Ajuste no Patrimônio Líquido)	Saldo em março de 2015	
Ativo circulante								
IRPJ e CSLL a compensar	1.346	-	-	445	-	-	489	
Ativo não circulante								
Instrumentos financeiros derivativos	1.595	(561)	-	1.034	3.843	-	4.877	
Provisão para contingências e impostos sub judice	5.251	429	-	5.681	495	-	6.175	
Variação cambial não realizada	14.420	(3.334)	-	11.086	(2.451)	-	8.634	
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	7.108	7.108	(1.544)	40.079	45.642	
Prejuízos fiscais de imposto de renda	13.291	2.610	-	15.902	9.922	-	25.824	
Base negativa de contribuição social	4.780	938	-	5.718	3.753	-	9.291	
	<u>39.337</u>	<u>81</u>	<u>7.108</u>	<u>46.528</u>	<u>13.838</u>	<u>40.079</u>	<u>100.443</u>	
Passivo circulante								
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	-	2	-	-	5	
Passivo não circulante								
Instrumentos financeiros derivativos	2.141	2.140	-	1	(50)	-	51	
Depreciação acelerada incentivada	2.703	2.703	-	-	-	-	-	
Custo transação	616	127	-	489	15	-	474	
Imobilizado – Reavaliação	46.225	606	-	45.620	(577)	-	46.197	
Imobilizado - Custo atribuído	10.828	1.473	-	9.356	2.551	-	6.805	
Imobilizado - Depreciação Econômica	25.327	(4.958)	-	30.286	(4.713)	-	34.999	
Ativos biológicos	1.808	(752)	-	2.560	(1.522)	-	4.083	
Provisão para contingência ativa	-	-	-	-	(515)	-	515	
	<u>89.648</u>	<u>1.340</u>	<u>-</u>	<u>88.309</u>	<u>(4.810)</u>	<u>-</u>	<u>93.122</u>	
Líquido	(50.311)	1.423	7.108	(41.781)	9.028	40.079	7.321	

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Usina Santa Fé S.A.

	2015	2014
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(32.367)	(3.002)
Alíquota Fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(11.097)	(1.020)
Diferenças permanentes adições (exclusões): Adições permanente / Exclusões	21.782	1.179
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(1.236)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9.027	1.397
Imposto de renda e contribuição social do exercício	9.027	161
Alíquota fiscal efetiva	34%	34%

Agropecuária Nova Europa S.A.

	2015			2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita operacional bruta						
Receita de vendas de cana-de-açúcar	7.649	7.649	-	8.930	8.930	-
Outras receitas	1	1	-	38	38	-
	7.649	7.649	-	8.968	8.968	-
Alíquota de presunção	8%	12%	-	8%	12%	-
	612	918	-	714	1072	-
Alíquota fiscal combinada	25%	9%	-	25%	9%	-
	(151)	(83)	(234)	(170)	(99)	(269)
Outras receitas						
Venda de ativo imobilizado e outras	336	348		-	-	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	(84)	(31)	(115)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente			(349)			(269)

13 Depósitos judiciais

	2015	2014
Depósitos Recursais trabalhistas	2.624	1.832
INSS - Depósito Judicial	13.993	13.812
Depósito Judicial - Serviço Passagem	424	424
	<u>17.041</u>	<u>16.068</u>

14 Ativos biológicos

A Usina Santa Fé S.A. adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativos Biológicos onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

O saldo do ativo biológico da Usina Santa Fé S.A. é composto pelo custo de formação da cana e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda da seguinte forma:

	2015	2014
Ativos biológicos - Valor justo	202.475	166.205
		Total
Saldo em 31 de Março de 2013		139.271
Aumento de novas plantações e tratos		86.708
Diminuição devido a colheita		(61.985)
Mudança no valor justo do ativo biológico		<u>2.211</u>
Saldo em 31 de Março de 2014		166.205
Aumento de novas plantações e tratos		100.942
Diminuição devido a colheita		(69.151)
Mudança no valor justo do ativo biológico		<u>4.479</u>
Saldo em 31 de Março de 2015		<u>202.475</u>

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

2015/2016	49.679
2016/2017	29.834
2017/2018	29.130
2018/2019	21.377
2019/2020	14.368
2020/2021	21.511
2021/2022	3.325
2022/2023	1.415
2023/2024	406
2024/2025	<u>(655)</u>
Total	170.390
Ativo biológico em formação	<u>32.085</u>
Total	<u>202.475</u>

Para o atendimento do CPC 29 - ativo biológico a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes as soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé. De acordo com as práticas contábeis, esses dois componentes devem ser apresentados como um único ativo no balanço patrimonial, uma vez que a produção agrícola não pode ser reconhecida separadamente do ativo biológico a que se refere até a colheita. Como as soqueiras não se enquadram na definição de ativo circulante de acordo com o CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras item 66, os ativos biológicos devem ser classificados como não circulante.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2015	2014
Área estimada de colheita (hectares)	27.121	25.096
Produtividade média prevista por safra (tons de cana/hectares)	85,76	78,69
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	137	136
Valor do Kg de ATR	0,51	0,49

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia gere esses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

15 Imobilizado

a. Movimentação do custo

	Saldo final total	2014			Saldo final total	2015			Saldo final total
		Adições	Baixas	Transferências		Adições	Baixas	Transferências	
Terras	138.453	-	(5)	-	138.448	-	-	-	138.448
Edifícios e benfeitorias	25.473	-	-	529	26.002	-	-	1.187	27.189
Móveis e utensílios	3.430	-	(1)	597	4.026	-	(3)	500	4.523
Veículos e implementos rodoviários	50.365	-	(1.766)	7.768	56.364	29	(4.417)	10.792	62.768
Máquinas e implementos agrícolas	89.459	-	(1.498)	16.397	104.358	118	(4.850)	11.273	110.899
Máquinas, equipamentos e instalações	234.046	-	(1.064)	7.508	240.490	-	(28)	4.656	245.118
Computadores e periféricos	1.813	-	(10)	368	2.171	-	(10)	344	2.505
Benfeitorias em bens de terceiros	1.234	-	-	-	1.234	-	-	-	1.234
Obras em andamento	10.773	39.953	(1.217)	(29.409)	20.100	25.070	(395)	(25.995)	18.780
Adiantamentos a fornecedores	1.763	2.614	(306)	(3.828)	243	2.735	-	(2.931)	47
Imobilizações - entressafra	28.030	33.982	(30.028)	-	31.984	39.115	(38.954)	-	32.145
Outros	211	3	-	-	214	-	-	-	214
Bens em comodato	-	-	-	-	-	367	(34)	-	332
	<u>585.050</u>	<u>76.552</u>	<u>(35.895)</u>	<u>(70)</u>	<u>625.634</u>	<u>67.433</u>	<u>(48.691)</u>	<u>(174)</u>	<u>644.202</u>

b. Movimentação da depreciação

		2014				2015			
	Saldo final total	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final total	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final total
Edifícios e benfeitorias	(3.491)	(1.549)	1.052	-	(3.988)	(524)	-	-	4.512)
Móveis e utensílios	(787)	(792)	489	-	(1.090)	(387)	-	-	(1.477)
Veículos e implementos rodoviários	(21.366)	(10.882)	7.907	-	(24.341)	(5.089)	1.388	-	(28.042)
Máquinas e implementos agrícolas	(27.788)	(19.977)	12.408	-	(35.357)	(9.593)	1.883	-	(43.067)
Máquinas, equipamentos e instalações	(77.326)	(32.356)	21.518	-	(88.164)	(12.421)	4	-	(100.581)
Computadores e periféricos	(1.178)	(350)	226	-	(1.303)	(182)	3	-	(1.481)
Benfeitorias em bens de terceiros	(151)	(65)	44	-	(173)	(21)	-	-	(194)
	(132.087)	(65.971)	43.644	-	(154.415)	(28.217)	3.278	-	(179.353)
Valor líquido contábil	452.963				471.219				464.849

16 Fornecedores

	2015	2014
Fornecedores diversos	28.690	33.495
Fornecedores de cana	18.747	18.745
Fornecedores de cana - Partes relacionadas (Nota 10)	109	330
	<u>47.546</u>	<u>52.570</u>
Passivo circulante	<u>(43.789)</u>	<u>(52.570)</u>
Passivo não circulante	<u>3.757</u>	<u>-</u>

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

A exposição das entidades combinadas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 28.

17 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos das entidades combinadas. A nota explicativa nº 28 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	2015	2014
Moeda nacional:		
Custeio - 6,75% a.a.	19	157
FINAME - Juros pré-fixados de 1,35% a 8,7% a.a mais variação da TJLP	51.450	49.213
Leasing - Juros médios pré-fixados de 1,20% a.m a 3,20% a.a mais variação do CDI	2.115	2.268
Crédito Direto ao Consumidor - juros pré-fixados de 2,5% a 6,5% a.a mais variação CDI	320	439
BNDES PASS - juros pré-fixados a taxa de 7,70% a.a.	1.672	2.290
Nota de Crédito de Exportação - juros pré-fixados de 2,20% a 4,30% a.a mais variação CDI	119.769	80.107
K Giro - juros pré-fixados de 9,60% a.a.	13.986	-
Moeda estrangeira:		
Adiantamento sobre Contratos de Cambio - juros de 2,15% a 3,70% a.a mais variação cambial	41.100	6.872
Pré-pagamento de exportação - juros de 1,47% a 8,50% a.a mais variação cambial	367.055	245.521
	<u>597.486</u>	<u>386.867</u>
Parcelas a amortizar no curto prazo classificadas no passivo circulante	<u>(184.927)</u>	<u>(145.240)</u>
Passivo não circulante	<u>412.559</u>	<u>241.627</u>

Em 31 de março de 2015 as parcelas do passivo circulante e passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2015
01 de abril de 2015 a 31 de março de 2016:	184.927
01 de abril de 2016 a 31 de março de 2017:	168.537
01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018:	151.253
01 de abril de 2018 a 31 de março de 2019:	74.332
01 de abril de 2019 a 31 de março de 2020:	16.231
01 de abril de 2020 a 31 de março de 2024:	<u>2.206</u>
	<u>597.486</u>

A Usina Santa Fé S.A. possui ainda como obrigações contratuais decorrentes dos financiamentos acima:

- Manutenção de determinados índices financeiros de: liquidez corrente, capital de giro líquido e LADIJA - lucro antes de despesas e receitas financeiras, impostos, depreciações e amortizações;
- Não ceder, transferir ou alienar bens do ativo imobilizado de valor individual ou cumulativo substanciais;
- Não incorrer em mudanças no ramo de atividades; e
- Não realizar mudanças de práticas contábeis, ou promover reavaliações de ativos, exceto as permitidas segundo a legislação societária.

A Usina Santa Fé S.A. não cumpriu algumas obrigações relacionadas à manutenção de certos indicadores, sendo que a Companhia renegociou as condições determinadas em contrato (*Waiver*) antes da data de encerramento do período, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

18 Arrendamento mercantil

A Usina Santa Fé S.A. possui em seu ativo contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 5 anos, com cláusulas de opção de compra após essa data.

Os bens decorrentes de operações de *leasing* financeiro encontram-se registrados no ativo imobilizado da Companhia.

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para, 60 ativos em veículos e 1 ativo em máquinas e equipamentos agrícolas, 11 ativos em equipamento de processamento de dados. Os contratos possuem prazo de duração entre 2 e 5 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado e intangível da Companhia.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	2015	2014
Máquinas e equipamentos agrícolas	135	148
Veículos	2.415	1.212
Equipamentos e processamentos de dados	<u>314</u>	<u>78</u>
Total	<u>2.864</u>	<u>1.438</u>

Durante o período findo em 31 de março de 2015, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 375 (R\$ 458 em março de 2014) relativo a despesas com juros e R\$ 490 (R\$ 297 em março de 2014) relativo à despesa de depreciação. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	916	916	1.147	1.147
De dois até três anos	<u>1.199</u>	<u>1.199</u>	<u>1.121</u>	<u>1.121</u>
	<u>2.115</u>	<u>2.115</u>	<u>2.268</u>	<u>2.268</u>

19 Impostos e contribuições a recolher

	2015	2014
Parcelamento - Lei 11.941/09	20.124	20.781
IRRF	192	180
ICMS corrente	5.038	3.329
ICMS - Parcelamento	3.373	-
INSS - Parcelamento	-	-
INSS - Funrural	844	1.895
Outros	<u>2.185</u>	<u>685</u>
Total	31.756	26.870
Passivo circulante	<u>(12.027)</u>	<u>(8.037)</u>
Passivo não circulante	<u>19.729</u>	<u>18.833</u>

a. Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

Em novembro de 2009, a Usina Santa Fé S.A. optou pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até 30 de novembro de 2008, através da adesão ao programa REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o qual foi consolidado em junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil ("RFB") e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN").

Nos termos da legislação pertinente, a Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos das parcelas mensais do referido parcelamento, como condição essencial à sua manutenção. O não cumprimento dessa obrigação acarretará a exclusão e o

cancelamento dos benefícios concedidos e também a exigência imediata dos débitos vencidos e a vencer, no seu valor original, com incidência dos acréscimos legais até a data da exclusão. A Companhia vem cumprindo tempestivamente os pagamentos previstos para esse parcelamento.

20 Provisão para contingências

Baseada na opinião dos assessores jurídicos as Companhias constituíram provisão para contingências de processos trabalhista, cível e ambiental em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	2015	2014
Tributário	(1.513)	-
Trabalhistas	4.170	2.450
Previdenciária - INSS	13.994	13.812
Cíveis	-	153
Total	<u>16.651</u>	<u>16.415</u>

As Companhias combinadas possuem ainda, processo envolvendo questões tributárias em andamento que de acordo com a opinião dos assessores jurídicos das Companhias combinadas, a probabilidade de ocorrência dessas demandas é possível, mas não provável. Em função do estágio em que se encontram, o desfecho final dessas ações não pôde ser determinado no momento e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Usina Santa Fé S.A.

O capital social está representado pelo montante de R\$ 96.592, representadas por 62.217.000 ações ordinárias e nominativas.

Em 23 de março de 2015 houve o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 25.000, mediante a emissão de 15.625.000 de ações ordinárias, subscritas.

Agropecuária Nova Europa S.A.

O capital social está representado por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 31 de março 2014).

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados.

Reservas de reavaliação

Constituída em decorrência da reavaliação de bens próprios do ativo imobilizado. Em atendimento a prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, o Grupo Santa Fé registrou o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da reavaliação sobre ativos não depreciables (terras) no montante de R\$ 42.098.

A reserva de reavaliação será realizada, na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem e perdas por *hedge* de fluxo de caixa.

d. Remuneração aos acionistas

As entidades combinadas poderão deliberar, em reunião de sócios, a respeito da distribuição dos lucros que poderá ser desproporcional aos percentuais de participação societária. Os lucros poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será apurada sobre a reserva de lucros Lei 11.638/2007 deliberada pela Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras.

22 Receita operacional líquida

A receita operacional é composta, basicamente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo. Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	2015	2014
Receitas Operacionais		
Açúcar	209.347	230.814
Etanol	201.162	174.463
CPC 38 - <i>Hedge Accounting</i>	(12.943)	(15.581)
Outras receitas	<u>28.277</u>	<u>22.237</u>
Receita bruta fiscal	425.843	411.933
Menos:		
Impostos sobre vendas	(36.296)	(34.080)
Devoluções e abatimentos	<u>(352)</u>	<u>(848)</u>
Total de receita contábil	<u>389.195</u>	<u>377.005</u>

23 Despesas operacionais por natureza

	2015	2014
Despesas operacionais por natureza:		
Depreciação e amortização	533	445
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagem	375	3.925
Despesa com pessoal	21.736	20.530
Fretes, transbordos e armazenagem	14.129	17.278
Manutenção	495	482
Materiais transferidos/recebidos	314	392
Impostos e taxas	432	1.029
Outras despesas	9.084	8.243
	<u>47.098</u>	<u>52.324</u>
 Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Despesas de vendas	16.291	23.078
Despesas administrativas e gerais	30.807	29.246
	<u>47.098</u>	<u>52.324</u>

24 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	2015	2014
Participações no Resultado	(5.543)	(4.547)
Impostos e Taxas sobre outras operações	(700)	(1.077)
Recuperação com sinistros	147	2.869
Resultado na venda/baixa de ativos	(4.388)	(426)
Provisão para contingências	(1.395)	(768)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	2.907	535
	<u>(8.972)</u>	<u>(3.415)</u>

25 Receitas financeiras

	2015	2014
Receitas com operações financeiras	433	788
Juros atualização créditos tributários e contingências	116	74
Juros demais operações e descontos financeiros	172	2.170
	<u>721</u>	<u>3.032</u>

26 Despesas financeiras

	2015	2014
Instrumentos financeiros derivativos (nota 28)	(13.776)	1.170
Juros apropriados sobre financiamentos	(37.413)	(26.404)
Juros conta corrente mercantil	(2.175)	(2.158)
Juros tributários - parcelamento e contingências	(1.552)	(2.599)
Descontos concedidos	(17)	(1.477)
Juros demais operações	(5.423)	(6.099)
	<u>(60.356)</u>	<u>(37.567)</u>

27 Variação cambial líquida

	2015	2014
Variação cambial ativa	22.343	10.749
Variação cambial passiva	<u>(8.017)</u>	<u>(7.399)</u>
Variação cambial líquida	<u>14.326</u>	<u>3.350</u>

28 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os principais riscos nos quais as entidades combinadas estão expostas são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que as entidades utilizam. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional das entidades combinadas.

As entidades combinadas possuem como prática gerir seus riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição das entidades combinadas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro das entidades combinadas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais,

que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamentos a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito das entidades combinadas em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com empresas de *Trading*, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração da Usina Santa Fé S.A., de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas empresas. Para as operações de adiantamentos a fornecedores de cana, são firmados contratos de parceria, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Usina Santa Fé S.A..

Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como, mantém operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que as entidades combinadas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem das entidades combinadas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação das entidades combinadas.

As entidades combinadas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Usina Santa Fé S.A. possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pelas entidades combinadas e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

As entidades combinadas possuem como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a empresa de *Tradings*. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Usina Santa Fé

S.A. avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Usina Santa Fé S.A. utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições. A gestão da exposição cambial da Usina Santa Fé S.A. consiste na análise do *hedge* natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de as entidades combinadas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Usina Santa Fé S.A. busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e *swaps*, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura das entidades combinadas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações das entidades combinadas.

O objetivo das entidades combinadas é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, e contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros das entidades combinadas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, as entidades combinadas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras das entidades combinadas, conforme quadros abaixo:

	Nota	2015		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	49.404	-	-
Contas a receber de clientes	7	-	6.195	-
Outros créditos		-	4.239	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	149	-	-
Total		49.553	10.434	-
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	48.147
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	597.486
Adiantamentos de clientes		-	-	4.255
Partes relacionadas	10	-	-	17.832
Instrumentos financeiros derivativos	28	14.344	-	-
Total		14.344	-	667.720

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima

	Nota	2014		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.752	-	-
Contas a receber de clientes	7	-	1.395	-
Outros créditos		-	4.310	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	3	-	-
Total		14.755	5.705	-
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	55.894
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	386.867
Adiantamentos de clientes		-	-	4.446
Partes relacionadas	9	-	-	38.740
Instrumentos financeiros derivativos	28	3.150	-	-
Total		3.150	-	485.947

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2015	2014
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	49.404	14.752
Contas a receber de clientes	7	6.195	1.395
Instrumentos financeiros derivativos	28	149	3
		<u>55.748</u>	<u>16.150</u>

Para os saldos apresentados no grupo de aplicações financeiras 85% do saldo concentra-se em três instituições financeiras. No entanto, as entidades combinadas possuíam junto a essas instituições operações de empréstimos financiamentos cujo saldo devedor naquela data eram significativamente superiores aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

	2015				
	Valor contábil	Até 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	49.404	49.404	-	-	-
Contas a receber de clientes	6.195	6.195	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	149	149	-	-	-
Total		<u>55.748</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	48.147	44.390	3.757	-	-
Empréstimos e financiamentos	597.486	184.927	168.538	241.816	2.205
Adiantamentos de clientes	4.255	4.255	-	-	-
Partes relacionadas	17.832	-	-	-	17.832
Instrumentos financeiros derivativos	14.344	8.436	5.908	-	-
Total		<u>242.008</u>	<u>178.203</u>	<u>241.816</u>	<u>20.037</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade das entidades combinadas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

O cenário apresentado acima não contempla contratos de exportação firmados para as próximas safras, de forma que este quadro não reflete o fluxo de caixa efetivo para os próximos períodos.

	2014				
	Valor contábil	Até 12 Meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	14.752	14.752	-	-	-
Contas a receber de clientes	1.395	1.395	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3	3	-	-	-
Total		16.150	-	-	-
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	55.894	55.894	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	386.867	145.240	194.746	42.892	3.899
Adiantamentos de clientes	4.446	4.446	-	-	-
Partes relacionadas	38.740	-	-	-	38.740
Instrumentos financeiros derivativos	3.150	1.771	1.379	-	-
Total		207.351	196.125	42.892	42.639

Risco cambial

Exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrado no quadro a seguir, pelos montantes de principal (nacional em R\$):

	2015		2014	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Empréstimos e financiamentos	(408.155)	(127.230)	(252.392)	(111.559)
Exposição Líquida	(408.155)	(127.230)	(252.392)	(111.559)

Instrumentos financeiros designados para Hedge Accounting

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Usina Santa Fé administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no *budget* oficial da Companhia.

A partir de abril de 2013, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos de dívidas e derivativos para cobertura das suas receitas futuras de exportações, altamente prováveis, em dólares com objetivo de se proteger a volatilidade das receitas de suas exportações em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge accounting* consiste na cobertura de uma transação prevista, caracterizadas como altamente provável, de exportação à fixar em moeda estrangeira (dólar americano USD), contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD vs BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como Dívidas em moeda estrangeira (Dólar Americano) e derivativos como *NDF (Non-Deliverable Forward)*, em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Instrumentos de proteção designados para Hedge Accounting e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações

Item de <i>hedge</i>		Instrumento de <i>hedge</i> :			
		US\$			
Data prevista	Budget em US\$ (Hedgeado)	ACC	NDF	Total Instrumentos	Rolagem
abr/15	5.713.668	6.370.081	-	5.713.668	(656.414)
mai/15	2.285.973	1.629.559	-	2.285.973	656.414
jun/15	35.544	35.544	-	35.544	-
jul/15	5.989.840	5.489.840	500.000	5.989.840	-
ago/15	4.212.230	3.412.230	800.000	4.212.230	-
set/15	8.589.725	6.289.725	2.300.000	8.589.725	-
out/15	8.092.527	2.792.527	5.300.000	8.092.527	-
nov/15	6.847.900	4.790.144	5.300.000	6.847.900	(3.242.244)
dez/15	5.097.997	4.097.997	1.000.000	5.097.997	-
jan/16	834.061	334.061	500.000	834.061	-
fev/16	739.942	239.942	500.000	739.942	-
mar/16	2.300.000	-	2.300.000	2.300.000	-
abr/16	3.293.775	51.531	-	3.293.775	3.242.244
mai/16	3.678.597	3.678.597	-	3.678.597	-
jun/16	5.332.929	5.332.929	-	5.332.929	-
ago/16	9.758.769	9.758.769	-	9.758.769	-
set/16	5.982.046	5.982.046	-	5.982.046	-
out/16	6.455.691	6.455.691	-	6.455.691	-
nov/16	7.210.969	11.200.873	-	7.210.969	(3.989.905)
jan/17	339.702	339.702	-	339.702	-
abr/17	4.015.388	25.483	-	4.015.388	3.989.905
mai/17	1.174.864	1.174.864	-	1.174.864	-
jun/17	5.333.639	5.333.639	-	5.333.639	-
ago/17	9.262.204	9.262.204	-	9.262.204	-
set/17	3.669.936	3.669.936	-	3.669.936	-
out/17	6.386.512	6.386.512	-	6.386.512	-
nov/17	7.821.881	10.921.056	-	7.821.881	(3.099.175)
jan/18	97.577	97.577	-	97.577	-
abr/18	3.193.570	94.395	-	3.193.570	3.099.175
mai/18	503.852	503.852	-	503.852	-
jun/18	97.577	97.577	-	97.577	-
ago/18	9.006.102	9.006.102	-	9.006.102	-
out/18	3.597.577	3.597.577	-	3.597.577	-
nov/18	7.821.881	8.878.051	-	7.821.881	(1.056.170)
jan/19	1.104.958	48.788	-	1.104.958	1.056.170
abr/19	47.197	47.197	-	47.197	-
jun/19	48.788	48.788	-	48.788	-
out/19	3.548.788	3.548.788	-	3.548.788	-

A Usina Santa Fé realizará a rolagem de instrumentos designados para *hedge*, para períodos equivalentes à expectativa de exportações. Desta forma, a Companhia irá adequar o montante de instrumentos x objetos de *hedge* com vistas a adequar a relação de *hedge* nos próximos períodos.

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros designados para contabilidade de hedge
 Seguem a composição dos ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado operacional e no patrimônio líquido, respectivamente, de instrumentos financeiros designados como instrumento de *hedge*.

Efeito Contábil - Instrumento de Hedge

Operação	Não realizado	Realizado
Não Derivativos (Variação Cambial)	(74.876)	(12.809)
Derivativos (Valor Justo)	(2.924)	(135)

Análise de sensibilidade

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2015, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2015 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25%	50%	25%	50%
Instrumentos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	<u>(408.155)</u>	<u>(510.192)</u>	<u>(612.231)</u>	<u>(306.115)</u>	<u>(204.077)</u>

Risco taxa juros

Exposição líquida em taxa juros variáveis está demonstrado no quadro a seguir.

	Nota	2015	2014
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	49.404	14.752
Empréstimos e financiamentos	17	<u>(597.486)</u>	<u>(386.867)</u>
		<u>(548.082)</u>	<u>(372.115)</u>

A Usina Santa Fé S.A. utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Usina Santa Fé S.A. possuía

captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Usina Santa Fé S.A., já que esse não é o principal risco.

Análise de sensibilidade

As entidades combinadas não realizaram análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros, pois considera que os possíveis impactos sobre as transações vinculadas a taxas de juros flutuantes são irrelevantes para as demonstrações financeiras das entidades combinadas.

Perdas por redução no valor recuperável

Na data do balanço a Usina Santa Fé S.A. possuía somente R\$ 231 a título de provisão para devedores duvidos referente a recebíveis. Este item está sendo detalhado na nota explicativa nº 7.

Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	49.404	49.404	14.752	14.752
Contas a receber de clientes	6.195	6.195	1.395	1.395
Adiantamento a fornecedores	39.067	39.067	37.498	37.498
Instrumentos financeiros derivativos	149	149	3	3
Total	94.815	94.815	53.648	53.648
Passivos				
Fornecedores de cana	18.855	18.855	19.075	19.075
Fornecedores diversos e outras contas a pagar	31.291	31.291	36.819	36.819
Empréstimos e financiamentos	597.486	597.486	386.867	386.867
Adiantamento de clientes	4.255	4.255	4.446	4.446
Partes relacionadas	17.832	17.832	38.740	38.740
Instrumentos financeiros derivativos	14.344	14.344	3.150	3.150
	684.063	684.063	489.097	489.097

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Administração entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

- O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado nas respectivas datas.
- Para empréstimos e financiamentos a administração considera que valor justo equipara-se ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações referem-se preponderantemente a financiamentos com taxas subsidiadas. Sendo assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria a realidade, uma vez que a taxa de desconto seria superior a taxa de correção. Sendo assim, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

Resultado referente aos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2015 e 2014 que afetaram a demonstração de resultado:

Resultado de operações mantidas para negociação	Resultado	
	2015	2014
Instrumentos de taxa variável		
Instrumentos financeiros derivativos		
Ganhos com derivativos	29.315	33.290
Ajustes mercado termo - NDF's	41	8.145
Ajuste <i>Swap</i> sobre financiamentos	(7.159)	(2.328)
Perdas com derivativos	(35.909)	(37.937)
Ajustes mercado termo - NDF's	(64)	-
	(13.776)	1.170
Liquido (nota 26)		

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de *Swap* de dólar, *Swap* de *Libor*, *NDFs* de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

29 Contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar

A Usina Santa Fé S.A. possui contratos de parceria agrícola com a companhia relacionada, acionistas e terceiros que garantem em conjunto com a cana contratada de fornecedores, a totalidade de sua produção para os próximos períodos de colheita. As toneladas a serem pagas pela Usina Santa Fé S.A. serão determinadas ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

30 Compromissos de vendas

A Usina Santa Fé S.A. possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2015/2016. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

Safra	Volume – Toneladas
2015/2016	<u>217.041</u>
Total	<u>217.041</u>

31 Aspectos ambientais

As instalações de produção das entidades combinadas e suas atividades industriais e agrícolas são ambas sujeitas às regulamentações ambientais. As entidades combinadas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. As entidades combinadas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

32 Demonstrações do valor adicionado - DVA

O Grupo Santa Fé está apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo Santa Fé na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo Santa Fé quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo Santa Fé, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos ao Grupo Santa Fé.

33 Eventos subsequentes

A Administração vem reestruturando sua dívida bancária em prazos adequados ao financiamento da atividade, performando as seguintes operações:

- Captação finalizada através de Cédula de Crédito à Exportação (CCE) no valor de R\$ 14.000, a ser amortizado em 32 parcelas mensais de principal no período de 25/09/2015 a 25/04/2018, com carência de 3 meses.
- Captação finalizada através de Cédula de Crédito à Exportação (CCE) no valor de R\$ 5.000, a ser amortizado em 21 parcelas mensais de principal no período de 13/08/2015 a 04/04/2017, com carência de 3 meses.

- Proposta indicativa de estruturação e sindicalização de financiamento aprovada e em andamento para a composição de bancos, garantias e contratos no montante de R\$ 150.000, através de Cédulas/Notas de Crédito à Exportação, com prazo de 5 anos, e amortizações conforme segue:
 - (i) 2016 - 5%
 - (ii) 2017 - 25%
 - (iii) 2018 - 30%
 - (iv) 2019 - 30%
 - (v) 2020 - 10%